LEI COMPLEMENTAR N° 084 ,DE 28 DE **DEZEMBRO** DE 1998.

> "Acrescenta dispositivos à lei nº 1.008, de 31 de dezembro de 1.991".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, aprovou e eu sanciono a seguinte

## LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam acrescentadas aos incisos I e II do art. 17 da Lei nº 1008. d

de 31 de dezembro de 1991, as alíneas "d", com a seguinte redação:
"Art. 17
I
a)
b)
c)
d) – quando não habitados, nem utilizados para o exercício de qualquer
outra atividade, desde que permita por Lei, a aplicar-se-á a alíquota de 2,5% (dois e meio
por cento) com a progressividade de 0,5 (meio por cento) ao ano, até o limite de 5% (cinco
por cento);
II
a)
b)
c)
d) – que não tiverem sua área utilizada para o exercício de qualquer
atividade econômica, sem distinção quanto a natureza da mesma, desde que permita por
Lei, será aplicada a alíquota de 7% (sete por cento) com a progressividade de 0,5% ( meio
por cento) ao ano, ate o limite de 12% (doze por cento)".
Art. 2º - Fica acrescentada ao texto do parágrafo único do art. 17 da Lei
nº 1008, de 31 de dezembro de 1991, a alínea "d", passando o mesmo a ter a seguinte
redação:
" Λ 17

Parágrafo único – O disposto nas alíneas "b", "c" e "d" dos incisos I e II deste artigo, será disciplinado por Decreto do Executivo Municipal."

**Art. 3º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1999.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

## CARLOS ALBERTO DE AZEVEDO CAMURÇA Prefeito do Município

WALDIRO TEOBALDO GRABNER Secretário Municipal de Fazenda

MÁRIO JONAS FREITAS GUTERRES Procurador Geral